

Educação em Direitos Humanos para formar novos modos de ser e agir

Maria de Nazaré Tavares Zenaide, da Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos, aborda nessa entrevista as ações de implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e da importância da consolidação dos direitos humanos "como valor, prática e cultura" na sociedade brasileira.

O que é o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e como foi construído?

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos chama a atenção do poder público e da sociedade civil para a necessidade do processo de consolidação democrática da centralidade da educação em direitos humanos como uma forma de construir e promover uma cultura de respeito dos direitos humanos no contexto de um quadro de agravamento da violência e da exclusão. Em março de 2005, foi criada uma Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) com o objetivo de implementar o Plano, elaborado em 2003, dentro do período da Década da Educação em Direitos Humanos (1995-2004). Essa primeira versão do plano foi elaborada por especialistas que compuseram o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, criado pela SEDH. Além de ter elaborado e revisado o Plano, o Comitê tem como objetivo assessorar e monitorar as ações da SEDH acerca da educação em direitos humanos. Depois, abrimos um período de divulgação desta versão no site da secretaria, mas tivemos pouca contribuição. No período de 2004 e 2005 foram realizados encontros estaduais de educação em direitos humanos nos estados da Federação com o objetivo de revisar a versão de 2003, garantindo a participação social através da Primeira Consulta Nacional. Em 2006, durante o Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos, Dr. Paulo Vannuchi, atual Secretário dos Direitos Humanos, lançou a versão preliminar do PNEDH para consulta on-line e, em dezembro de 2006, finalizou a Consulta Nacional entregando, durante o Prêmio Nacional, a versão 2006 do PNEDH. Essa versão foi lançada oficialmente em videoconferência no dia 15 de março de 2007.

Como o PNEDH está estruturado?

O Plano Nacional está estruturado em cinco áreas temáticas: educação básica, educação superior, educação não formal, educação para profissionais de segurança e justiça e educação e mídia. Para cada área, orientamos os principais atores para serem incluídos nos encontros e sensibilizados. O foco é a capacitação em direitos humanos e estamos em parceria com as outras áreas para articular políticas. Vamos fazer um diagnóstico para saber o que o governo tem de ações, onde a educação em direitos humanos já está sendo inserida, quais os materiais produzidos e veremos o que ainda pode ser feito.

Como foi a participação dos estados nesses encontros de revisão do Plano?

Nos estados que tinham Conselhos Estaduais de Direitos Humanos, fizemos parcerias com esses conselhos e eles realizaram um encontro, reunindo Academias de Polícia, Ministério Público, Escola de Magistratura, entidades de direitos humanos e representantes da educação. Nos estados que não tinham conselhos, articulamos com comissões de direitos humanos das Assembléias Legislativas. Cada estado foi diferenciado. No Amapá, havia mais gente da educação básica, professores e gestores, do que de outras áreas. No Piauí, havia muitos representantes da área de segurança. Na maioria dos estados a área que mais participou foi a da educação básica e a área de mídia é a que teve menos representação. Acredito que ainda estamos muito distante da mídia, incentivamos muito pouco a introdução do tema dos direitos nessa área. No ano passado, abrimos um edital de capacitação em educação em direitos humanos para representantes da mídia, mas ainda precisamos dialogar mais. As rádios comunitárias, por exemplo, têm um papel fundamental, e precisamos nos aproximar dos cursos de comunicação.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos contempla as políticas e ações a serem desenvolvidas pelos diversos órgãos públicos e entidades da sociedade civil no que se refere à educação em direitos humanos. Como está sendo implementado o Plano?

Enquanto campo de política pública, a educação em direitos humanos demanda abordagens inter e transdisciplinar. É missão da SEDH estabelecer articulações intersetoriais para obter a parceria interministerial. Nesse sentido, é necessária a capacitação dos gestores para transversalidade dos direitos humanos. A implementação do PNEDH está sendo realizada com o apoio do Comitê Nacional, órgão consultivo da SEDH, que orienta as prioridades para a Coordenação-geral de Educação em Direitos Humanos. Para a implementação do PNEDH foi criado um Projeto de Cooperação com a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) com cinco objetivos: divulgar e revisar a segunda versão do PNEDH (objetivo alcançado); estabelecer parcerias e intercâmbio; formar e capacitar promotores de direitos humanos; formular e divulgar estudos, pesquisas e produzir materiais relativos à educação em direitos humanos e monitorar e avaliar a implementação do PNEDH. Para cada objetivo correspondem diversas atividades a serem realizadas, que, anualmente, são avaliadas pelo Comitê Nacional e órgãos conveniados.

Que ações específicas os Ministérios da Educação e da Justiça estão desenvolvendo?

O PNEDH na versão 2006 obteve o compromisso institucional da SEDH, do Ministério da Educação e do Ministério da Justiça. Na área de segurança pública, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) já tem uma matriz nacional com ações específicas para formação de polícias e guardas municipais em direitos humanos. Tem a Escopol – Escola de Polícia, com

pontos de tevê e internet para cursos à distância, e que faz jornadas de direitos humanos por estado. A secretaria também organizou uma rede nacional de cursos de especialização em segurança pública: são 22 cursos, nos quais os direitos humanos estão transversalizados e são discutidas questões específicas, com recorte de gênero, raça e etnia e combate à homofobia. Os cursos também oferecem as disciplinas de mediação de conflitos e gerenciamento de crises. A área de segurança pública, com a participação de Ricardo Balestreri, tem desenvolvido um trabalho excelente. Nosso grande desafio hoje é dialogar com a Secretaria de Educação Básica do MEC. A gente só vai entrar na educação formal se a Secretaria de Educação Básica incorporar nos seus editais a elaboração de materiais, inserir o tema da formação de professores etc. Eles têm alguns projetos (com o de Ética e Cidadania), participa do Comitê Nacional, mas precisam ir além de um projeto, precisam fazer com que os direitos humanos sejam um eixo temático de todos os programas. O que estamos pautando, neste momento, com esta secretaria é que seja dada mais centralidade ao tema, que incorporem o PNEDH na formação dos professores, priorizem o material didático e dialoguem com os gestores.

Como será a articulação nos estados para a implementação do Plano?

Para cada estado, estamos criando Comitês Estaduais que divulguem o Plano através de audiências públicas e dialoguem com conselhos estaduais de educação que são quem pauta a política de educação do estado. Estamos estruturando 14 comitês porque o recurso do ano passado só dava para 14, foi ano eleitoral, mas ainda nesse ano vamos incorporar os outros 13 estados. Nos comitês, é necessária a participação de representantes das cinco áreas do plano e eles precisam formular um plano de trabalho. O papel da SEDH em relação aos conselhos será de apoio à realização de cursos em educação em direitos humanos, à articulação, à mobilização e também que ele tenha a representação de todos os atores que precisam dialogar. O mais importante no processo de implementação do Plano é fazer esses atores dialogarem. Uma vez que os comitês nos estados definirem suas atividades prioritárias, vamos ver quem serão os apoiadores, se será o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça etc. Depois das audiências estaduais, realizaremos audiências municipais, através da articulação com a União dos Dirigentes Municipais de Educação.

Qual a importância da educação em direitos humanos para diminuir a violência nas escolas?

É princípio da Educação em Direitos Humanos promover uma cultura de respeito aos direitos humanos, à tolerância ativa, à paz e à cidadania democrática. As formas de violência representam razões estruturais, sociais, políticas e culturais. A democracia na sociedade brasileira necessita como substrato cultural um modo de ser e agir ético-político coerente com os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nesse sentido, a educação em direitos humanos é um marco ético-político que serve de crítica às práticas sociais e institucionais numa perspectiva emancipatória. Violências como o preconceito, a discriminação, o estigma, entre outras, servem de pano

de fundo para violência social e institucional. Os valores da sociedade capitalista criaram modos de ser e agir de alheamento, indiferença e exclusão, gerando práticas e culturas de exclusão social e moral. Com isso, as atitudes e práticas sociais refletem a estrutura social e as relações no plano político e cultural. A banalização da vida na sociedade brasileira, a exclusão moral, o alheamento e a indiferença são fenômenos atuais do nosso contexto social e histórico. A ausência de valores éticos republicanos e democráticos fragilizam a democracia.

Em sua opinião, os professores estão preparados para combater a discriminação e promover a igualdade entre as pessoas?

Há já um número considerável de educadores realizando ações de enfrentamento da discriminação, o que já consideramos um êxito. Entretanto, há muitos ainda que desconhecem o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) ou a lei que criminaliza o racismo, entre outros instrumentos relevantes de defesa dos direitos humanos. Por outro lado, o conhecimento legal não necessariamente significa mudanças de atitudes e valores. Como a sociedade brasileira é resultado de escravidão, colonização e ditaduras, é permeada por modos de ser e agir democráticos e autoritários. O preconceito em relação aos direitos humanos é protagonizado permanentemente pela mídia que coloca a população e as instituições na contramão da própria Constituição Cidadã.

Fale um pouco sobre como a educação contribui para a criação de uma cultura universal dos direitos humanos.

A educação em direitos humanos no plano da educação formal é necessária para dar maior centralidade à inserção dos direitos humanos como valor, prática e cultura. A formação de valores e atitudes requer processo educativo de curto, médio e longo prazos, que atravesse as várias fases da formação do ser humano e a formação de professores. O desenvolvimento cognitivo, sócio-afetivo e emocional e sócio-político demanda práticas e experiências construtivas para que se possa desconstruir velhos modos de agir autoritários formando novos modos de ser e agir democráticos.



www.dhnet.org.br